

LIRA X PLANALTO

Crise não afeta reforma tributária

Governo deve enviar esta semana projetos de lei da regulamentação da emenda constitucional, e aprovação une bancadas

» EVANDRO ÉBOLI

O mal-estar posto entre o Palácio do Planalto e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), nos últimos dias, não deverá respingar na regulamentação da reforma tributária, que pode ser retomada nesta semana (**Leia mais na página 7**). O desgaste entre o Executivo e o deputado ocorreu após a votação da manutenção da prisão de Chiquinho Brazão (sem partido-RJ), seguida de críticas de Lira ao ministro Alexandre Padilha, das Relações Institucionais. O governo receia retaliações após essa desavença.

Em reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na semana passada, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, discutiu os “pontos sensíveis” dos textos dos projetos que complementarão essa emenda constitucional e que serão enviados por Lula ao Congresso Nacional.

“Precisamos fechar alguns temas da reforma. Estamos nas últimas reuniões para preparar o despacho para o presidente. Vai sair do Executivo, vai passar pelo Congresso e vai sofrer todo tipo de sugestão, recomendação e pressão. A mensagem (enviada ao Congresso) é assinada pelo presidente. Tem pontos mais sensíveis. Importante que ele conheça antes de encaminhar”, disse o chefe da Fazenda.

A crença de que Lira não irá atravancar a reforma tributária é extraída das próprias palavras do presidente da Câmara, que já anunciou como uma das metas de sua gestão concluir essa votação. Outro aspecto que favorece o seguimento da PEC é que Lira voltou a ter boa relação com Haddad,

Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados



Deputados na sessão do plenário que aprovou a PEC em julho. Lira anunciou como uma das metas de sua gestão concluir essa votação

após ela andar arranhada. Assim, o deputado não precisa fazer a interlocução com Padilha, seu “desafeto pessoal”, como declarou na última quinta-feira.

Um terceiro fator é o interesse de boa parte do Congresso Nacional em concluir a reforma tributária, proposta que conta com lobby forte dos setores empresariais. Esses segmentos chegaram a criar grupos de trabalho que funcionam dentro dos corredores da Câmara e elaboraram minutas de

projetos de lei, de acordo com o interesse de cada grupo, para tentar influenciar as bancadas partidárias.

O advogado Pedro Merheb, que integra o núcleo de acompanhamento legislativo da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), não aposta que a rusga entre Lira e o Planalto irá interferir na conclusão da reforma.

“Sendo a reforma tributária uma causa reivindicada pelo próprio presidente da Câmara, é difícil que ela seja vítima

de uma eventual retaliação por atritos com o governo. A regulamentação é permeada por desafios maiores, relacionados à própria dinâmica parlamentar, e nada indica que será uma tramitação pacífica”, disse.

Em recente encontro com empresários, Lira declarou que os projetos de regulamentação da reforma serão “10 vezes mais discutidos” na Casa do que o texto principal propriamente dito. Antes do imbróglio com o

governo, o presidente da Câmara acreditava que a regulamentação da reforma sairia ainda neste primeiro semestre, apesar do cenário eleitoral, com as disputas para prefeituras e câmaras municipais.

“Eu penso que a gente tem que resolver isso no primeiro semestre. É factível. Vamos para o detalhamento (da reforma), o pente-fino, vamos separar ‘A’ de ‘B’, mas precisamos de tempo. Não pode ser feito de afogadilho

» Encontro com governadores

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), se reúne hoje com um grupo de governadores, e a pauta do encontro será o refinanciamento das dívidas dos estados com a União. Será colocada na mesa a discussão sobre a apresentação de um projeto de Lei que revise os juros e reduza o valor da dívida, a partir da entrega de ativos estaduais, como ações de empresas públicas. O exemplo a ser seguido é a proposta que a equipe econômica do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, aliado a Pacheco, tem buscado fechar com o governador de Minas Gerais, Romeu Zema, do Novo. Nesses acordos, a União exige contrapartidas dos estados, como investimentos em infraestrutura e educação.

e não podemos passar de 2024”, comentou Lira em março.

A Fazenda criou 19 grupos de trabalho para apresentar os projetos de regulamentação, trabalho que está sendo sistematizado pelo secretário Extraordinário da Reforma Tributária, Bernard Appy. O setor privado não teve assento nesses grupos, por isso criou os seus no Congresso, com o apoio dos deputados que presidem as frentes parlamentares dos segmentos diversos.

PODER

Lula pede novo programa energético

» VICTOR CORREIA

Valter Campanato/Agência Brasil



Presidente ficou insatisfeito com MP da energia e acionou Silveira

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva pediu ao ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, que estude uma reforma do setor energético brasileiro. Há um consenso de que o modelo atual não se adequou às mudanças da matriz ao longo dos anos e que traz problemas estruturais que encarecem a conta de luz, cuja alta recente acendeu um alerta no Planalto. A pasta vai montar um grupo de trabalho para nova proposta e deve apresentá-la até o fim deste ano.

O pedido foi feito durante reunião com técnicos do setor na quarta-feira passada, com a participação de Lula, de Silveira e do ministro da Secretaria de Relações Institucionais (SRI), Alexandre Padilha. A discussão ocorre após medida provisória (MP) do governo para usar recursos da Eletrobras na amortização da conta de luz, mas que também aumenta subsídios para energia limpa.

A medida não foi bem recebida por dois motivos principais: o aumento nos benefícios encarece a conta no futuro; e a operação para securitizar a dívida de R\$ 26 bilhões da Eletrobras e pagar empréstimos tomados pelo setor não foi bem explicada. Para especialistas, mudanças concretas só serão atingidas com a reforma, e não com medidas paliativas.

“Eu gostaria que fossem apresentados os números com clareza. Não foram”, disse ao **Correio** o presidente da Frente Nacional dos Consumidores de Energia, Luiz Eduardo Barata, ex-diretor do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), sobre a operação da Eletrobras. Ele participou do encontro com Lula.

Segundo a MP, a ideia é transformar a dívida em títulos e vendê-los no mercado financeiro. Dessa forma, o governo recebe adiantado o valor que seria pago ao longo das próximas décadas, e o aplica para pagar empréstimos ao setor pela pandemia da covid-19, no valor de R\$ 16 bilhões, e pela escassez hídrica de

2020 e 2021, de R\$ 5,3 bilhões. Esses montantes hoje estão embutidos na conta. Com a quitação, o desconto ao consumidor pode ser entre 3,5% e 5% ainda neste ano, segundo estima o governo.

10% a mais na conta

O problema é que a medida precisa passar pelo Congresso Nacional, e não há uma precisão sobre o valor que pode ser arrecadado. Já sobre o aumento dos subsídios, esse montante também será embutido na conta. O texto prorroga por 36 meses o prazo para que usinas eólicas, solares e de biomassa acessem os benefícios do governo, com taxas menores para usar o sistema de distribuição e de transmissão de energia.

“Nossas estimativas são que isso pode acrescentar R\$ 4,5 bilhões e meio por ano na CDE (Conta de Desenvolvimento Energético, que reúne os encargos), que hoje chega a R\$ 40 bilhões. Com mais R\$ 4 bilhões, estamos falando de 10% a mais na conta”, explicou Barata.

Crítico à MP, o ex-diretor da ONS vê como bom sinal a iniciativa do governo de discutir uma reforma aprofundada. “Chegou a

hora de fazer um processo de revisão. Fiz até uma menção à reforma tributária. Todos entendem que é necessária essa revisão. Mudou o lado do consumo, com ampliação do mercado livre de energia e o advento da geração distribuída”, comentou. Ele defende ainda que a discussão é urgente, já que os resultados de uma reforma podem demorar de dois a três anos para render benefícios.

Um dos maiores problemas na conta de luz atual são os subsídios, que correspondem a cerca de 40% do valor. Legislações sobre energia elétrica tendem a atrair uma série de jabutis, emplacados pelo lobby do setor no Congresso. Barata cita o exemplo do marco regulatório para eólicas offshore, aprovado na Câmara e que está tramitando no Senado.

“Somos totalmente contra as emendas inseridas pela Câmara. Contratamos uma consultoria especializada e, se todas forem mantidas, pode haver incrementos de R\$ 25 bilhões na CDE. Uma verdadeira loucura, se estamos reclamando de uma conta de R\$ 40 bilhões. Nós falávamos de jabuti quando eram valores de R\$ 1 bilhão, agora é um elefante”, enfatizou.

VIVA BRASÍLIA O NOSSO MELHOR PRESENTE

A ÚNICA CIDADE BRASILEIRA ENTRE AS MELHORES DO MUNDO PARA SE VISITAR, SEGUNDO O JORNAL AMERICANO THE NEW YORK TIMES.

Lenílvia da Silva
Aluna do RenovaDF.

Confira a programação das comemorações.



* O RenovaDF é um presente para nossa cidade. Os alunos aprendem uma profissão, recebendo pagamento, e ainda retribuem na recuperação de espaços públicos como parques e praças. São 20.545 alunos que se formaram e 2.100 equipamentos públicos recuperados em 31 regiões administrativas.

VIVA OS 64 ANOS E OS QUE VÊM PELA FRENTE.

